

## APRESENTAÇÃO\*

Escrever a apresentação deste livro me enche de dupla alegria. Primeiro porque é organizado por duas ex-alunas muito queridas, Eblin Farage e Francine Helfreich, com as quais convivi desde a graduação e pós em Serviço Social. Além de se destacarem pela seriedade nos estudos e demarcarem claramente seu interesse e comprometimento com a questão social no Brasil e as reais condições de vida e exploração das classes trabalhadoras, compartilharam comigo ao longo destes anos, experiências importantes de Educação Popular, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Núcleo de Educação Popular 13 de maio e junto a um grupo de estudos de educadores populares no Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM).

Ao se voltarem para organizar esta publicação, coerentemente estão a explicitar a urgência em ser considerado o enraizamento e sofisticação da lógica mercantil que orienta a vida social, fetichizando e produzindo o ocultamento das relações de exploração e dominação vigentes. No esteio dessa urgência, enfatizam a relevância da produção e do acesso a uma feição de conhecimento que interpele a realidade, que seja compartilhado e posto em debate, e, especialmente, que possa contribuir no processo de formação humana e política das classes trabalhadoras.

Valendo-me de Maria Rita Kehl<sup>1</sup>, a partir de Zizek, ressalto nessa perspectiva, a conformação de uma insólita espiritualização do corpo-mercadoria, “[...] espiritualização que se perdeu como riqueza circulante nas trocas criativas entre os indivíduos, que retorna aderida às mercadorias, como crença necessária para produzir o esquecimento das condições materiais de produção dessas mesmas mercadorias: a morte lenta do corpo do trabalhador, que transferiu seu tempo de vida para a coisa produzida, e o empobrecimento geral de uma sociedade que só consegue “enriquecer” à custa destas vidas expropriadas” (KEHL, 2004, p. 79).

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-35-2-0-f.19-28

<sup>1</sup> KEHL, M. R. Fetichismo. In: Videologias, ensaios sobre televisão. (orgs. KEHL, M. R.; BUCCI, E.). São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79. No artigo a autora se baseia em Zizek, Slavoj O espectro da Ideologia *in* Um Mapa da Ideologia, Rio de Janeiro, Contraponto, 1994.

Penso ser na esfera dessa bússola teórica marxista que as organizadoras constituíram com os demais autores, textos que vão auxiliar nesse processo de prover alguma visibilidade às formas de resistência e às práticas sociais que, em suas distintas feições, são frentes negadoras dos processos de apassivamento em curso.

Tomando como referência a sociedade burguesa, foi organizado um itinerário de questões e análises que percorrem, desde a particularidade das favelas no Rio de Janeiro, às políticas sociais fragmentadas e reificadas, passando pela presença dos movimentos sociais em suas expressões de retração e possibilidades, às elaborações sobre meio ambiente e ecossocialismo, ao debate sobre os reais processos de consciência e consciência de classe, desaguando na presença da educação popular e da formação humana e política, muitos destes temas em diálogo, questionamentos e demandas ao Serviço Social.

O conjunto dos textos constrói essa teia de nexos, enquanto cada um vai puxando fios, muitas vezes tornados invisíveis pela lógica formal que organiza a tradutibilidade do real, numa sociedade regida pela ordem do capital.

O livro está organizado em dois grandes blocos. O primeiro intitulado “Crise do Capital, Formação da Consciência e Educação Popular” constrói um arcabouço amplo a partir do qual seis textos trafegam.

No primeiro texto, Mauro Luís Iasi nos auxilia a reconhecer que em certos períodos são ressuscitados antigos fantasmas ou são retomadas, sob modismo de ocasião, categorias teóricas ou componentes de prática social, nem sempre os mais condizentes com o real. Vai então nos provocar no sentido de perscrutar as possíveis relações entre educação popular, processos de consciência de classe e transformações societárias, dispondo interpelação precisa: “Em que ponto do processo de consciência pode atuar a educação popular e de que forma incide no processo de consciência de classe?” Questão posta a nos aguçar à leitura e apropriação de texto de fácil compreensão mas densa substância teórica. Convite para que se desmonte uma certa visão ingênua que se tende a portar de que o processo educativo presente na educação popular munícia, de per si, as classes trabalhadoras a compreenderem não só as determinações de sua existência sob o capitalismo, mas também a própria sociedade burguesa.

Mauro nos incita a mergulhar de cabeça no senso comum gramsciano, a captar a presença operante da ideologia desde Marx e Engels – nos desafiando

também a dar a mão a Zizek, a recorrer a Freud e a Sartre – a apostar numa dialéctica que parece não ter fim.

E aí a volta ao começo: descobrir o lugar da educação popular, sem reificações, nesse processo de transformação dos sujeitos e da vida social sob o capitalismo. Lendo o texto você vai ao mesmo tempo descobrir arrazoadas categorizações, se assenhorar de algumas e, principalmente, se inquietar... E com certeza vai procurar se subtrair dos enunciados mágicos em torno da Educação Popular.

O artigo “Serviço Social, Favela e Educação Popular”, de Eblin Farage e Francine Helfreich parte de inquietações das autoras, originárias da atuação em favela no Rio de Janeiro, onde processos de Educação Popular tem centralidade.

Ao darem visibilidade às formas organizativas locais de setores das classes trabalhadoras, nos sinalizam para as mediações que estes constroem num certo exercício de educação popular através do qual, a vida de sujeitos individuais, sua existência social, ações coletivas forjadas, resistência, perdas, lutas refeitas etc, estão implicadas na constituição de uma história que se processa sob o crivo das contradições da dinâmica da vida social sob o capitalismo. A partir do delineamento do território da favela e de um campo teórico marxista–gramsciano, recuperam também para si mesmas, como assistentes sociais e militantes de outro projeto de vida, uma perspectiva suplementar de Educação Popular.

Num outro patamar, realizam percurso de recuperação histórica do trabalho profissional em favelas, na política pública assistencial e de habitação, para então, atravessando décadas, focarem no movimento de reconceituação do Serviço Social, *locus* de gestação de novos referenciais da ação profissional. Itinerário que chega à escola pública, aos cenários do mercado de trabalho profissional e à valoração dos coletivos organizativos (CFESS/ CRESS).

Vale ressaltar a interpelação que percorre o corpo do texto afeta os vínculos reais entre o projeto ético–político da profissão e sua efetiva face pedagógica na ação profissional: auxiliadora no controle social e nos processos de apassivamento que sedimentam o senso comum próprio da concepção de mundo dominante ou direcionada a um fazer focado em processos emancipatórios,

voltados para experiências e constituição de vínculos com as classes trabalhadoras?

As autoras assumem na costura do texto, a perspectiva classista no trabalho educativo. E sinalizam para as distintas leituras presentes no interior da profissão, talvez mais que diversificadas, ecléticas, ao transmutar marxistas em progressistas, trabalhadores em atores sociais, beneficiários de serviços ou ainda protagonistas emergentes. Ao sistematizarem as potencialidades postas na relação projeto ético-político do Serviço Social e Educação Popular, explicitam também seus muitos limites. O que, com certeza, ajudará bastante os leitores a desarrumarem e reorganizarem as suas próprias visões e incompletudes.

A abordagem da crise econômica mundial, da pandemia e do governo Bolsonaro é exposta por Osvaldo Coggiola de forma visceral. O tratamento dado à pandemia associa a sua existência ao sistema capitalista e às classes dominantes apontando para a sua responsabilidade pela propagação do vírus, pela quantidade de mortes resultantes e pela miséria que mais que mantida, se espraizou. Destaca ter a Covid-19 produzido um “[...] ponto de ruptura nos desenvolvimentos históricos globais”, fato que vai redundar em consequências sociais, econômicas políticas e geopolíticas mundiais, componentes centrais na análise empreendida pelo autor.

Para além destes determinantes mais amplos que atingiram todos os países, explicita os nexos com a realidade brasileira, atribuindo ao governo Bolsonaro a adoção de uma política genocida no trato da pandemia.

Coggiola vai buscar no campo do trabalho, nos trabalhadores da saúde que em condições adversas arriscam as suas vidas no enfrentamento do coronavírus, a efetiva vanguarda dessa luta. Ainda neste campo ressalta a situação vivida pelo conjunto da classe atingida pela pandemia, para quem o Estado não disponibilizou políticas que materializariam sua proteção social e sobrevivência. Situação que para além da denúncia, desafia as organizações da classe a assumir ações de efetiva solidariedade.

No quarto texto, Roberta Traspadini e Cristiane de Souza retomam a perspectiva da Educação Popular no âmbito da América Latina, resgatando na teoria da dependência de Rui Mauro Marini os elementos essenciais à compreensão da história da educação, demarcando na aparência dos processos de democratização que vigoram na vida social, a permanência de elementos trata-

dos como naturais, em especial os múltiplos formatos da superexploração da força de trabalho.

No contrafluxo desse ordenamento, as autoras recuperam nos percursos das lutas sociais no campo da educação, a conformação e presença ativa da educação popular, na qualidade de práxis dos sujeitos. A partir desse pressuposto desenvolvem de forma articulada, três aspectos centrais: o sentido da educação no capitalismo dependente; a educação popular na América Latina e finalmente, experiências de educação popular no Brasil do século XX e XXI. Na conjugação destes componentes, a ênfase é dada à educação popular – em especial aos experimentos protagonizados pelos movimentos sociais camponeses, indígenas e negros no Brasil – que articulada a múltiplas outras lutas sociais, contribui à constituição da resistência e de alternativas à sociedade burguesa e ao capitalismo dependente, em particular.

No texto “Do Quilombo às Favelas: faces do racismo territorial na produção das cidades,” Maria Helena Elpídio assume como premissa a impossibilidade de um modelo de cidade em formato igualitário quanto ao uso, produção e ocupação dos territórios na esfera do sistema capitalista. Premissa nem um pouco paralisante visto que através da recuperação dos processos de resistência ao arbítrio e à desigualdade travados pelos quilombos, levantes e insurreições urbanas, em verdade a autora vai conformando movimento efetivo de recuperação da memória histórica das lutas sociais fadadas ao esquecimento no interior da história oficial.

Patrimonialismo rural, patriarcado, desigualdades de classe estruturantes, racismo estrutural – re–edição das senzalas, nas palavras de Helena –, sistema democrático formal – apartado da real constituição de bases de instauração de função social, tanto das cidades como do campo –, persistência da violência estatal, eis aí exposto um certo itinerário instigante percorrido pela autora. Através dele somos instados a perceber como os formatos de produção dos espaços vão determinando as vidas dos sujeitos humanos no espectro de produção e reprodução da própria sociedade, próprias da lógica capitalista, a imprimir as marcas da propriedade privada da terra, transmutando este bem em mera mercadoria. E, simultaneamente, agravando as condições de vida dos mais pobres, ‘de vidas humanas banalizadas por esta lógica’, nos termos da autora.

Ao utilizar rigorosa base teórica e empírica nos municia não só à compreensão da gravidade da questão, mas recoloca pertinente questão de fundo: é possível “des-privatizar a cidade” sob o capitalismo? Inquire e ao mesmo tempo afirma: “Romper as barreiras da segregação socioterritorial implica derrubar o modelo social que a produz. Superar o racismo e o capitalismo, está no centro do processo”.

Michael Löwy, em seu texto “Crise ecológica e capitalismo, a alternativa ecossocialista”, retoma a centralidade da mercadoria e de sua lógica na análise e interligação entre crise econômica e crise ecológica. Localiza na devastação da natureza, deterioração do meio ambiente e mudança climática, expressões desta calamidade mundial que se expande de forma extremamente rápida e que precisa ser entendida no quadro destrutivo da acumulação capitalista. Feições próprias das sociedades que se organizam a partir do viés da lucratividade, da expropriação do trabalho, numa “expansão infinita do capital” nos termos do autor, para a qual, a crise ambiental ou mesmo a destruição do meio ambiente e a sobrevivência da espécie humana não se colocam como questões vitais. O ecossocialismo apresentado por Löwy, incorporando as premissas de Marx, aponta para uma perspectiva substantiva de profunda revolução socialista, a incorporar mudanças no aparelho produtivo e no modo de vida em torno do consumo. Ecossocialismo como proposta de uma nova civilização.

O segundo bloco de textos é norteado pelas reflexões em torno do “Serviço Social, Favelas e Movimentos Sociais”.

Camila Barros Moraes o inicia com o texto “Desenvolvimento geográfico desigual, racismo e ilegalidade de Estado na Maré”, tomando como ponto de partida de sua exposição um projeto concreto, “De olho na Maré”, voltado à produção de dados e sistematização de narrativas produzidas em função de determinação muito concreta, a violência armada em 16 favelas da Maré. Tensionando dimensões dos impactos desta violência em relação à política de segurança pública estatal, vai privilegiar na sua condução analítica três eixos norteadores: as contradições do capitalismo, o surgimento das favelas no Rio de Janeiro e o processo de escravidão – ressaltando como são forjados os espaços urbanos e produzidos os múltiplos processos de criminalização das favelas e dos espaços populares –, e, finalmente, localizando nas feições da ação estatal no interior da Maré, a marca da ilegalidade. Camila trata tais eixos num movi-

mento teórico e investigativo de fôlego, ao articular a existência do modelo capitalista de organização da vida à estruturação do espaço urbano pelo Estado, num formato necessariamente desigual, no qual a violência tem absoluta centralidade no tratamento da população pobre e majoritariamente negra que reside nestes espaços. Evidencia a urgência de ampliação do acesso à justiça e de espaços de participação social, mesmo no feito limitado, característico da democracia burguesa.

O texto de Sabrina dos Santos tem sua centralidade na articulação entre movimentos sociais e Serviço Social, este considerado no escopo do projeto ético-político profissional, norteado à constituição de vínculos com os reais interesses das classes trabalhadoras.

Valendo-se da teoria crítica como referência, organiza seu processo de reflexão direcionando-o para a crise do capital e a reforma do Estado, demarcando a presença do necessário conservadorismo de nossa formação social, assim como no próprio Serviço Social. Conservadorismo que não só se ampliou, mas está impregnado nos espaços populares, o que significa dizer, no universo de referências e vida das classes subalternas. A autora explora a possível vinculação entre o projeto profissional e os movimentos sociais, destacando concepções divergentes no interior do espaço da profissão.

Registra como essencial no processo de materialização do projeto ético-político a formação profissional, tendo como um de seus fundamentos, as diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social), essenciais para que a profissão não retroceda a uma perspectiva conservadora do seu fazer. Instiga à compreensão de que a relação projeto ético-político/movimentos sociais é uma construção coletiva, mutável, portanto, sujeita à dinâmica não só da conjuntura, mas das disputas existentes no interior da categoria profissional. Assim, a manutenção da direção hoje hegemônica, crítica ao capitalismo e comprometida com os interesses das classes trabalhadoras precisa ser continuamente reafirmada teórica e concretamente.

Maria Caroline Souza elabora seu texto centrando na questão da habitação no Brasil, política social da maior importância para as classes trabalhadoras. A partir de distintas compreensões acerca da cidade, se volta para algumas políticas habitacionais já implantadas no Brasil, tendo como elemento norteador de sua abordagem o formato de sua incidência efetiva na vida dessas classes.

Na sua lógica de exposição situa a estruturação das cidades no capitalismo, os problemas urbanos decorrentes, entre os quais o da habitação, vinculando-o à matriz vigente que organiza a vida social. Matriz que direcionará a sua investigação situando-a no escopo da cidade-mercadoria, via programas habitacionais criados, desde o BNH (Banco Nacional da Habitação), ao Programa Minha Casa, Minha Vida e ao recente Programa Casa Verde e Amarela.

A autora desnuda como o acesso à moradia, à “promoção” do trabalhador ao status de proprietário, é em verdade, instrumento de financiamento da economia, voltado para setores particulares do capital, a depender da conjuntura e da correlação de forças. São interesses empresariais, políticos, do capital industrial, de setores da construção cível, do capital financeiro que estão de fato em jogo. Desnuda, portanto, a existência da pretensa prioridade dessa política pública de acesso à moradia pelas classes trabalhadoras, no esteio da ordem burguesa que rege a dotação dos recursos alocados para este fim. Sua análise reforça a formulação de Engels, presente no texto, no sentido de que a habitação não é uma política de construção de casa, mas de lógica social.

“Crise urbana e produção de sujeitos coletivos: a experiência do MTST em São Gonçalo”, de Bruno Oliveira, resgata dimensões históricas, econômicas e políticas de São Gonçalo no processo de acumulação de capital. Faz recuperação de períodos históricos recentes, importantes ao entendimento da dinâmica de urbanização implementada, a produzir um certo traçado da cidade, com seus loteamentos e ocupações ilegais. Vai demarcar desde os cenários da economia local à crise econômica nos centros capitalistas e seus reflexos no Brasil.

No âmbito das lutas populares dos gonçalenses, retoma desde a influência do PCB em Niterói – impulsionando lutas sociais e organização sindicais –, ao período da redemocratização e sua incidência nos movimentos populares e no estudantil. Cobrindo particularidades de várias décadas – dialetizando contextos históricos e movimentações populares – vai se deter no MTST, surgido em 1997, no escopo da segregação espacial, a demandar Reforma Urbana, em contraposição à cidade-mercadoria. Ao focar a luta pela moradia, o autor sinaliza para um conjunto de outras dimensões de lutas que se impõem no contexto das necessidades sociais dos trabalhadores.

A partir de experiência extensionista norteada pela Educação Popular, Ana Cristina de Oliveira e Regina Bienenstein tomam como referência o experi-

mento do Fórum de luta pela Moradia de Niterói, incorporando dimensões deste período atravessado pela pandemia.

Situam o quadro de agudização da crise econômica e política internacional, demarcando os impactos da COVID-19 mundialmente e em especial sobre a vida das classes trabalhadoras. Efeitos múltiplos que são potencializados pelas medidas econômicas de flexibilização e precarização do trabalho adotadas pelo governo brasileiro, pelo aumento dos fatores de risco de suicídio e o afloramento de mais adoecimentos físicos e problemas de saúde mental. Assim, a desigualdade social já existente não só se amplia, mas põe a nu as condições de habitação precarizadas nas favelas e espaços populares.

Localizam no trabalho do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), ações que se voltam à socialização do conhecimento junto aos espaços populares, incentivando uma real participação popular. No seu interior o direito à moradia, à cidade, a um planejamento urbano que incorpore benefícios sociais. Projeto que para sua consecução envolve equipe interdisciplinar através de assistência técnica, social e jurídica. Fazem parte desse experimento os municípios do Rio, Niterói, São Gonçalo e Volta Redonda.

Ressaltam ainda a relevância da construção coletiva das ações de Extensão Universitária realizadas em reuniões do Fórum de Luta por Moradia, em assembleias comunitárias e oficinas temáticas. Há uma dimensão essencial posta no itinerário das considerações das autoras: a afirmação da extensão universitária na qualidade de intensificação dos vínculos da sociedade com a universidade, o que supõe acesso às demandas populares e sua elaboração pela academia. Ao mesmo tempo, apresentam possíveis e diferenciadas contribuições da Educação Popular, que incluem desde a perspectiva de adoção do senso crítico ou ainda, em outro patamar, voltada para um viés nitidamente de classe, anti-hegemônico.

O texto de Débora Rodrigues se volta para uma das questões essenciais na organização da vida de uma parcela imensa das classes trabalhadoras: o direito à moradia. A autora traça um painel das precariedades da vida cotidiana dos moradores de bairro periférico de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, interperando sobre a efetividade dos direitos, a partir da execução de uma política pública, o Programa Minha Casa, Minha Vida.

A autora desmonta o discurso do acesso à casa própria para famílias pobres, revelando, para além da previsível escolha pelas regiões periféricas – com parca infraestrutura urbana e serviços públicos – a verdadeira prioridade do capital, voltada para a construção civil e o mercado imobiliário. Manutenção da desigualdade social, precarização das condições de vida, esse é o formato dos direitos sociais destinados às classes trabalhadoras. Situação por ela interpretada a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e da análise qualitativa realizada a partir de pesquisa documental e bibliográfica, idas ao território e relatos de moradores.

*Maria Lúcia Souza da Silveira*  
*Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020*